

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.345 - SP (2019/0260768-4)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
RECORRENTE : PAIC PARTICIPAÇÕES LTDA
OUTRO NOME : PÃO DE ACÚCAR S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
RECORRENTE : PENINSULA PARTICIPACOES S.A.
OUTRO NOME : SUPERCRED ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA
RECORRENTE : TRANSPORTADORA JUMBO LTDA
RECORRENTE : IMOBILIÁRIA SANTOS DINIZ LTDA
RECORRENTE : SAEB SOCIEDADE ANONIMA DE EMPREENDIMENTOS E BENS
RECORRENTE : PAO DE ACUCAR PUBLICIDADE LTDA
RECORRENTE : INTERSUL TURISMO LTDA
RECORRENTE : WELLCOME INTERSUL VIAGENS E TURISMO LTDA.
RECORRENTE : WELLCOME OPERADORA BRASILEIRA DE TURISMO LTDA
ADVOGADOS : PAULO CAMARGO TEDESCO E OUTRO(S) - SP234916
MARCIO ABBONDANZA MORAD - SP286654
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO E OUTROS, com base nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSUAL CIVIL - MEDIDA CAUTELAR - JULGAMENTO DA APELAÇÃO NA LIDE PRINCIPAL - FALTA DE INTERESSE SUPERVENIENTE - PREJUDICIALIDADE DO EXAME DE MÉRITO.

1- A apresentação da apelação relativa à ação principal, da qual é dependente o presente feito cautelar, constitui superveniência de fato conducente à não apreciação do mérito deste recurso, por falta de interesse processual.

2- Apelação prejudicada" (fl. 196e).

Opostos Embargos de Declaração, foram eles rejeitados (fls. 205/211e).

Trata-se, na origem, de Medida Cautelar proposta contra a União Federal, que foi concedida pelo Juízo da 1ª Vara Federal de São Paulo.

Interposta Apelação, o Tribunal de origem julgou prejudicado o apelo, nos seguintes termos:

"O julgamento da apelação cível nº 2001.03.99.030822-6, relativa à

ação principal da qual é dependente o presente feito cautelar, constitui superveniência de fato conducente à não apreciação do mérito deste recurso, por falta de interesse processual" (fl. 195e).

Após consulta ao site do Tribunal de origem, constatou-se que a Apelação Cível 2001.03.99.030822-6 transitou em julgado em 22/01/2019.

Desse modo, não subsiste mais a utilidade e a necessidade do provimento judicial buscado por meio do presente Recurso, razão pela qual deve ser reconhecida a perda superveniente do interesse recursal.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR INCIDENTAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA NO PROCESSO PRINCIPAL. PERDA DE OBJETO DO APELO NOBRE.

1. O julgamento do mérito do feito ao qual está atrelada a medida cautelar que originou o apelo especial impõe a perda de objeto do recurso, sendo desnecessário que se aguarde o trânsito em julgado da ação principal.

2. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1.616.159/PB, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/03/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 460 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E 151 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 282/STF. JULGAMENTO DEFINITIVO DA AÇÃO PRINCIPAL. MEDIDA CAUTELAR PREJUDICADA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE RECURSAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo

Civil de 1973.

II - A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo tribunal a quo impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 282 do Supremo Tribunal Federal.

III - Uma consulta ao sítio eletrônico desta Corte revela já ter sido julgado o Agravo em Recurso Especial n. 1.155.683/SP, interposto nos autos da ação principal, com trânsito em julgado em 22.2.2018, e baixa definitiva para o Tribunal Regional da 3ª Região em 23.2.2018.

IV - A ação cautelar objetiva garantir a utilidade da sentença definitiva a ser proferida nos autos da ação principal. O julgamento prévio do recurso interposto nos autos da ação principal, com trânsito em julgado, impõe o reconhecimento da carência superveniente do interesse recursal no recurso especial manejado nos autos da ação cautelar.

V - Não apresentados argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.698.996/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 06/04/2018).

Ante o exposto, nos termos do art. 34, I, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o presente Recurso Especial, por perda superveniente do objeto.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora